

Começa a data-base

A defesa da isonomia, a luta contra o arrocho e por nossos direitos se entrelaçam em 2018

Os reitores estão sustentando as universidades estaduais paulistas às custas da deterioração do nosso poder aquisitivo e da supressão dos nossos direitos.

É hora de preparar a Pauta Unificada e a luta deste ano

Num tempo relativamente curto – cerca de três anos – o poder aquisitivo dos servidores docentes e técnicos-administrativos das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza (ETECs e FATECs) teve uma queda muito expressiva.

A reposição da inflação é a condição mínima necessária para que os salários continuem comprando a mesma quantidade de produtos e serviços. Mas não é o que vem acontecendo.

O **salariômetro do Fórum das Seis** mostra que, em fevereiro/2018, o salário base de um professor MS3 da Unesp, Unicamp e USP, se corrigido pela inflação, deveria ser R\$ 12.007,36. No entanto, ele é de R\$ 10.670,87 na USP e na Unicamp; na Unesp, que deixou



de aplicar uma correção de 3% em maio/2016, quebrando a isonomia de reajustes entre as três universidades, é de R\$ 10.360,07.

No caso dos técnicos-administrativos, o **salariômetro** aponta a mesma situação de arrocho salarial. Se tomarmos como exemplo o piso do nível médio, veremos que, se tivesse sido corrigido pela inflação integral de maio/2015 a janeiro/2018, ele deveria ser de R\$ 3.126,57 na Unesp, de R\$ 3.510,95 na Unicamp e de R\$ 4.425,89 na USP. No entanto, o valor atual é de R\$ 2.697,64, R\$ 3.120,16 e R\$ 3.933,26, respectivamente.

Nas páginas 3 a 5, estes números são mostrados em detalhes, bem como a situação

continua na pág. 2



R\$ 33.326,48

É o quanto um professor MS3 da Unesp deixou de receber de maio/2015 a janeiro/2018. Na USP e na Unicamp, o valor é de **R\$ 24.758,92**.

R\$ 8.674,94

É o quanto um técnico-administrativo da Unesp nível médio deixou de receber de maio/2015 a janeiro/2018. Na Unicamp, esse valor é **R\$ 7.588,63** e na USP, **R\$ 9.566,19**.

Quer saber mais sobre a dívida dos reitores conosco? Vá às páginas 3 a 5

Reagir e lutar

De 1º a 15/3, primeira rodada de assembleias da data-base 2018

Pág. 2

Luta contra a Reforma da Previdência em fase decisiva

Pág. 8



Trabalhadores resistem à reforma do ensino médio nas ETECs

Pág. 7



salarial dos trabalhadores do Centro Paula Souza, autarquia estadual que mantém as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs).

Esse quadro de arrocho salarial é um dos resultados mais dramáticos da opção adotada pelas reitorias das universidades estaduais paulistas – tendo o reitor Zago, da USP, que acaba de encerrar seu mandato, e a superintendente do Centro Paula Souza como mestre-sala e porta-bandeira. Em consonância com as políticas de desmonte do serviço público brasileiro, implementadas nacionalmente, eles vêm aplicando à risca a receita ditada pelo governo Alckmin: arrocho salarial, não contratações, corte de benefícios, entre outros, apontando para a privatização e a mercantilização da educação. Com o seu silêncio estupefaciente diante das consequências desastrosas destas políticas para o sistema público de ensino superior paulista, os reitores e

a Superintendência do Centro Paula Souza têm sido cúmplices desse processo.

Para além da questão salarial, os efeitos desta opção são bem práticos e comprometem diretamente o cotidiano do conjunto da comunidade universitária:

- Nas três universidades, as contratações estão suspensas há bastante tempo, inclusive nos casos de vagas abertas por aposentadorias e morte. Na USP, esse quadro se agravou com os programas de demissão voluntária, gerando caos em vários setores, como é o caso do Hospital Universitário (HU);
- Descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos, adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras), supressão de direitos (corte de vagas e fechamento de creches, corte no vale

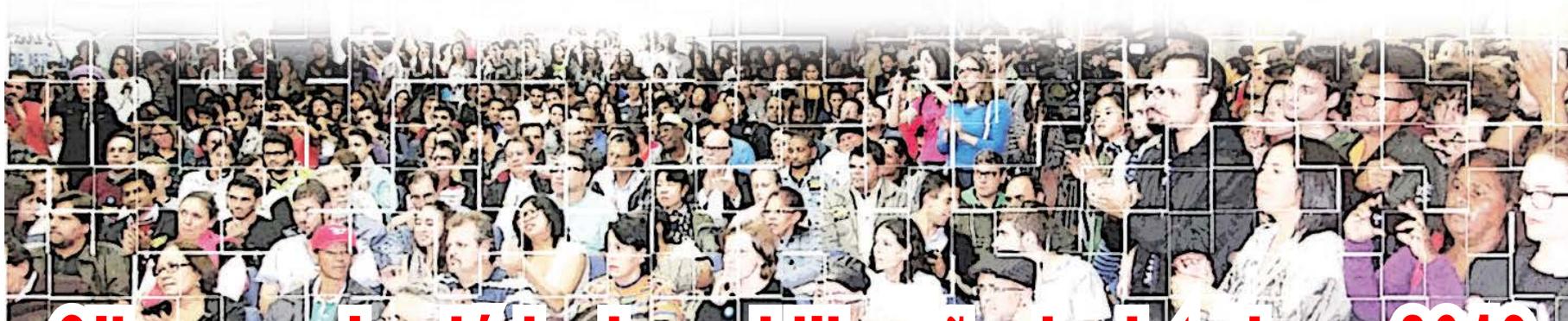


alimentação dos professores substitutos da Unesp).

Todas essas medidas, longe de retratar uma postura “responsável” dos reitores, comprovam sua incapacidade e inépcia em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida. Alicerçados nos discursos de “crise”, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a culpa e a conta, por meio do confisco de direi-

tos, agravamento das condições de trabalho e do arrocho salarial. Nem sequer chegaram a reivindicar que o governo Alckmin se responsabilize pelo pagamento da insuficiência financeira – a diferença entre o valor arrecadado pela contribuição previdenciária e o efetivamente pago aos aposentados e pensionistas – conforme manda a lei (LC nº 1.010, de 1º/6/2007). Isso corresponde hoje, em média, a cerca de 20% dos recursos destinados ao pagamento de pessoal!

Questionado sobre a situação atual da USP, em entrevista ao UOL, em 1º/2/2018, o recém-empossado Vahan Agopyan, que ocupou o posto de vice na gestão de Marco Antonio Zago, comemora: “Em termos financeiros, nós saímos da crise”. O novo reitor não cita, no entanto, os dados dramáticos que sustentam essa afirmação. Entre 2013 e 2017, desligaram-se da USP 217 docentes e 3.786 funcionários técnico-administrativos.



Olho no calendário de mobilização da data-base 2018

De 1º a 15 de março, participe da primeira rodada de assembleias de base

Reunidas em 30/1, as entidades que compõem o Fórum das Seis deram início aos preparativos para a data-base de 2018. O calendário indica a realização da primeira rodada de assembleias para o período de 1º a 15 de março. Nesta rodada inicial, as categorias devem realizar um amplo debate sobre a conjuntura atual, com base nas informações presentes nesta edição do *Jornal do Fórum*, e fazer suas indicações para a Pauta de Reivindicações 2018. Confira o calendário completo:

2 de março: Reunião do F6 em SP.

Primeira quinzena de março: Rodada inicial de assembleias de base para debater a Pauta de Reivindicações. Como subsídios, devem ser utilizadas as informações deste jornal e a Pauta Unificada do ano passado.

Na sequência: Reunião do F6.

Segunda quinzena de março: Nova rodada de assembleias de base para fechar a Pauta.

Na sequência: Reunião do F6.

Final de março: Protocolo da Pauta junto ao Cruesp.

FORUM das seis

Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - STU
Sindicato dos Trabalhadores da USP - Sintusp
Sindicato dos Trabalhadores da Unesp - Sintunesp
Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps - Sinteps
Associação de Docentes da Unicamp - Adunicamp S. Sind.
Associação dos Docentes da USP - Adusp S. Sind.
Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp S. Sind.
DCE da Unicamp
DCE-Livre da USP
Representação Estudantil da Unesp

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)
bah0609@bol.com.br
Revisão: Beatriz Baptista

Tiragem desta edição: 10.000 exemplares

SALARIÔMETRO do Fórum comprova: salários estão em queda livre nas universidades estaduais paulistas



Os salários vêm sendo arroxados progressivamente nos últimos anos. Se a mera reposição da inflação dos 12 meses anteriores nas universidades estaduais paulistas já não era suficiente para devolver o que a inflação corroeu, agora a situação é muito pior. O fracionamento do pagamento da inflação (como ocorrido em 2015), a concessão de apenas 3% em 2016 (e nem isso na Unesp!) e o zero em 2017 diminuíram ainda mais o nosso poder de compra, com o agravante da quebra da isonomia entre as três universidades.

Vejamos a situação em cada categoria.

Servidores docentes

Tomemos como exemplo o salário base de um professor MS3 nas três universidades. Corrigido de maio de 2015 até janeiro de 2018, pelo ICV-Dieese, ele deveria ser de **R\$ 12.007,36** em fevereiro de 2018. O cálculo foi feito sem levar em consideração as perdas decorrentes do pagamento parcelado do reajuste de 2015 (4% em maio e 3,09% em outubro).

Assim, como mostra a **Tabela 1**, para recuperar o poder de compra que tinham em maio de 2015, os docentes da Unesp deveriam ter um reajuste de, pelo menos, **15,90%** se a data base fosse fevereiro/2018, e os docentes da USP e da Unicamp, **12,52%**, porque já tiveram um reajuste de 3% em maio de 2016.

Além disso, por conta das perdas acumuladas – de maio de 2015 a janeiro de 2018 – a reitoria da Unesp deixou de pagar **R\$ 33.326,48** a cada um de seus seus docentes MS3, e a reitoria da USP e da Unicamp, **R\$ 24.758,92**.

Tabela 1: Situação dos professores MS3*

	Unesp	Unicamp	USP
Salários dos professores MS3 em fevereiro/2018	R\$ 10.360,07	10.670,87	10.670,87
Salários dos professores MS3 em fevereiro de 2018, se fossem corrigidos pelo ICV-Dieese (referência maio/2015)	R\$ 12.007,36	R\$ 12.007,36	R\$ 12.007,36
Índice de reajuste em fevereiro/2018 para recuperar o poder de compra que o salário tinha em maio/2015	15,90%	12,52%	12,52%
Dívida dos reitores com os professores MS3, relativa ao total do que deixou de ser pago desde maio/2015 (referência ICV-Dieese)	R\$ 33.326,48	R\$ 24.758,92	R\$ 24.758,92

(*) Em abril de 2015, o salário base de um professor MS3 era de R\$ 9.663,03. Reajustado em 4%, o novo valor seria de R\$ 10.049,55 e não os R\$ 10.049,62 que constam em nossos holerites. Do mesmo modo, em outubro/2015 houve um reajuste de 3,09% sobre R\$ 10.049,62, o que resulta R\$ 10.360,15, e não os R\$ 10.360,07 que constam em nossos holerites. Assim, existem pequenas diferenças na casa dos centavos em alguns dados deste quadro.

Os valores utilizados para os cálculos das perdas apresentadas nesta tabela foram feitos considerando a inflação mês a mês, pelo ICV-Dieese, de maio de 2015 a janeiro de 2018.

Servidores técnicos-administrativos

Usando a mesma metodologia, a situação dos servidores técnicos-administrativos está apresentada nas **Tabelas 2 e 3**. Como exemplo, mostramos os pisos dos níveis básico, médio e superior:

A **Tabela 3** mostra o valor total que os reitores das três universidades públicas paulistas deixaram de pagar aos servidores técnicos-administrativos pelo fato de não terem reajustado os salários pelo ICV-Dieese.

A **Tabela 2** estampa, ainda, a ausência de isonomia entre os salários pagos aos servidores técnicos-administrativos das três universidades.

continua na pág. 2



Tabela 2: Comparação dos valores dos salários atuais dos servidores técnicos-administrativos (fevereiro de 2018) com os valores corrigidos mês a mês pela inflação medida pelo ICV-Dieese

	NÍVEL BÁSICO		NÍVEL MÉDIO		NÍVEL SUPERIOR		Índice aproximado de reajuste necessário para recompor o poder de compra de maio de 2015
	Atual	Corrigido	Atual	Corrigido	Atual	Corrigido	
Unesp	1.825,87	2.116,19	2.697,64	3.126,57	5.341,15	6.190,41	15,90%
Unicamp	2.111,92	2376,43	3.120,16	3510,95	5.883,50	6.620,39	12,52%
USP	2.165,11	2.436,28	3.933,26	4.425,89	7.396,10	8.322,43	12,52%

Os valores utilizados para os cálculos das perdas apresentadas nesta tabela foram feitos considerando a inflação mês a mês, pelo ICV-Dieese, de maio de 2015 a janeiro de 2018, e os salários pagos em julho de 2017.

DO FÓRUM SALARIÔMETRO DO FÓRUM SALARIÔMETRO



Tabela 3: Dívida dos reitores com os servidores técnicos-administrativos

DÍVIDA DOS REITORES COM OS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS Total do que deixou de ser pago desde maio/2015 (Referência ICV-Dieese)			
Níveis salariais			
	Básico	Médio	Superior
Unesp	R\$ 5.817,46	R\$ 8.674,94	R\$ 17.175,69
Unicamp	R\$ 5.136,48	R\$ 7.588,63	R\$ 14.309,46
USP	R\$ 5.265,98	R\$ 9.566,19	R\$ 17.988,36

resumindo...

Veja o quanto você deixou de receber de maio/2015 a janeiro/2018:

Professor MS3 na Unesp: **R\$ 33.326,48**Professor MS3 na Unicamp e na USP: **R\$ 24.758,92**Técnico-administrativo nível básico na Unesp: **R\$ 5.817,49**Técnico-administrativo nível básico na Unicamp: **R\$ 5.136,48**Técnico-administrativo nível básico na USP: **R\$ 5.265,98**Técnico-administrativo nível médio na Unesp: **R\$ 8.674,94**Técnico-administrativo nível médio na Unicamp: **R\$ 7.588,63**Técnico-administrativo nível médio na USP: **R\$ 9.566,19**Técnico-administrativo nível superior na Unesp: **R\$ 17.175,69**Técnico-administrativo nível superior na Unicamp: **R\$ 14.309,46**Técnico-administrativo nível superior na USP: **R\$ 17.988,36**

Centro Paula Souza

Reajuste ínfimo de Alckmin não dá conta das perdas

O Sinteps, sindicato que representa os professores e servidores administrativos das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), mantidas pelo Centro Paula Souza (Ceeteps), está promovendo assembleias nas unidades espalhadas por todo o estado. O objetivo é debater e definir a pauta de reivindicações de 2018.

O Sinteps integra o Fórum das Seis e trava suas lutas em sintonia com a mobilização das universidades estaduais paulistas.

Embora o Centro Paula Souza seja uma autarquia vinculada à Unesp e, por isso, legalmente deve-se aplicar os mesmos reajustes salariais concedidos nas universidades, isso não vem ocorrendo desde 1996, quando tomou posse o governador Mário Covas. Segundo cálculos feitos pelo Sinteps, as perdas salariais dos trabalhadores do Ceeteps, medidas pelo ICV-Dieese no período de março de 2013 a fevereiro de 2018, equivalem a cerca de 36%.

Olhando estes dados, im-

possível não considerar um escárnio o “reajuste” anunciado pelo governador Geraldo Alckmin no dia 4/1/2018. Para o conjunto do funcionalismo, foram concedidos 3,5% de reajuste, exceção feita às polícias (4%) e aos professores da rede estadual e do Centro Paula Souza (7%). Para o “vale coxinha”, pago somente para os que recebem até R\$ 3.777,90, o valor vai de R\$ 8,00 para R\$ 12,00. Segundo o anúncio, as correções passarão a valer a partir de 1º/2/2018, mas só entrarão em vigor após a aprovação de projeto de lei pela Assembleia Legislativa.

Para o Sinteps, não resta dúvida de que a “bondade” do governador tem como farol as eleições presidenciais de 2018. Alckmin pleiteia ser indicado pelo PSDB como candidato ao Palácio do Planalto. Sua plataforma política não é mistério para ninguém. Repetidas vezes, em palavras e ações, o governador paulista manifestou integral apoio à política do governo Temer, de ataque aos direitos sociais.



DO FÓRUM SALARIÔMETRO DO FÓRUM SALARIÔMETRO

Arrecadação em alta, salários em baixa

Se os salários estão em queda livre, o mesmo não acontece com a arrecadação do ICMS, que é a base do financiamento das estaduais paulistas. Como se sabe, as universidades deveriam receber 9,57% da quota-parte do estado (QPE) no ICMS (75% ficam com o estado e 25% vão para os municípios). A partir de dados extraídos das planilhas fornecidas pelo Cruesp (ICMS menos diversos descontos realizados pelo governo Alckmin), veja o que aconteceu com a arrecadação do ICMS em 2016 e 2017:

ICMS 2017 => R\$ 94.427.326.241

ICMS 2016 => R\$ 90.278.354.696

Crescimento 2017/2016 => 4,5957%

Inflação 2017=> 2,44% segundo o ICV-Dieese e **2,27%** de acordo com o IPC-Fipe.

Ou seja, a arrecadação do ICMS cresceu o dobro da inflação entre 2016 e 2017. Os salários, por sua vez, tiveram zero de reposição, aprofundando ainda mais o processo de empobrecimento dos trabalhadores das universidades.

Comparando 2000 com 2017

Se compararmos 2000 com 2017, veremos que o ingresso de recursos nas universidades teve crescimento bem superior à correção aplicada nos salários em igual período.

O quadro abaixo mostra quanto foi a quota-parte do ICMS usada no cálculo do repasse às universidades (ICMS-QPE menos diversos descontos realizados pelo governo Alckmin), o salário de um professor MS3 e o comprometimento global com a folha de pagamento em relação ao repasse.



Note que a base de cálculo para o repasse às universidades no ano de 2017 foi 4,29 vezes maior que a de 2000, enquanto o salário dos servidores docentes da USP e da Unicamp (os técnicos-administrativos também obtiveram os mesmos reajustes salariais ao longo deste período) cresceram 3,07 vezes. Na Unesp, que não honrou o índice de 3% de reajuste em maio/2016, os salários cresceram 2,89 vezes.

Considerando que neste período os quadros de servidores docentes e técnicos-administrativos ativos permaneceram estáveis, era de se esperar uma queda no comprometimento da fo-

lha de pagamento em relação ao total do repasse. Porém, esse comprometimento cresceu de aproximadamente 80% para 96,86%.

Destes dados, podemos concluir:

1) Os reajustes dos salários das universidades não acompanham o ritmo de crescimento do ICMS. Ou seja, nem de longe podem ser classificados como motivo para a “crise” que vivem as universidades;

2) O crescimento do comprometimento da folha de pagamento em relação ao total de repasse do ICMS deveria cair, mesmo quando considerado o crescimento vegetativo, mas não é o que acontece. Embora o quadro de pessoal pouco ou nada tenha aumentado neste período, o volume de recursos provenientes da quota-parte do ICMS alocados para o pagamento de aposentados e pensionistas – que em 2006 correspondia a 9,96% dos repasses recebidos – cresceu rapidamente, atingindo o valor de 19,5% (média das três universidades) em 2016, mantendo o viés de crescimento para o futuro. Estes dados constam no relatório do GT “Previdência das Universidades Estaduais Paulistas”, elaborado pelo Fórum das Seis em conjunto com o Cruesp em 2017. Conclui-se daí que o recrudescimento da crise de financiamento se deve, em grande parte, ao perfil de crescimento da assim denominada “insuficiência financeira”, que é a diferença entre o que é arrecadado com as contribuições previdenciárias e o que falta para pagar os proventos de aposentados e pensionistas. Como vem apontando o Fórum das Seis, o governo não cumpre – no caso das universidades – o previsto no artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que diz ser sua a responsabilidade pela “insuficiência financeira” (veja mais sobre isso na página 6).

Crescimento do ICMS X crescimento dos salários

(Exemplo: Professor MS3)

	2000	2017	Variação
ICMS ¹	R\$ 22.030.815.140	R\$ 94.427.326.241	328,6% (4,286 vezes)
Salário ²	R\$ 3.475,16	R\$ 10.670,15	207,0% (3,070 vezes)
Salário ³	R\$ 3.475,16	R\$ 10.360,07	189,1% (2,891 vezes)
Folha ⁴	80%	96,86%	

¹ Trata-se da quota-parte do estado usada para o cálculo do repasse às universidades (75%) no total da arrecadação do ICMS, menos diversos descontos realizados pelo governo Alckmin.

² Salário de um professor Assistente Doutor (MS3) na USP e na Unicamp.

³ Salário de um professor Assistente Doutor (MS3) na Unesp, que não aplicou o reajuste de 3% do Cruesp em maio/2016.

⁴ Total médio de comprometimento do repasse às três universidades com a folha de pagamento (servidores ativos e inativos).

Frente à crise de financiamento, luta por mais recursos prossegue em 2018

Especialmente a partir dos anos 2000, o montante de recursos repassados às universidades estaduais paulistas foi se mostrando cada vez mais insuficiente. Embora com dotação orçamentária definida, de 9,57% do ICMS-quota-parte do estado (ICMS-QPE), isso não tem sido suficiente para dar conta de suas necessidades com ensino, pesquisa e extensão.

Nos últimos anos, a ação e a omissão dos reitores diante da falta de recursos em muito contribuíram para agravar o problema. Limitando-se a alegar que a folha salarial compromete mais de 100% de seu orçamento, eles foram compensando a falta de recursos com o arrocho salarial (como mostra o **salariômetro do Fórum das Seis**, em matérias nas páginas 3 e 5) e o desmonte das universidades, por meio da não contratação de pessoal, planos de demissão voluntária (como na USP), entre outros. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte de “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal.

As entidades sindicais, reunidas no Fórum das Seis, vêm demonstrando que essa versão é falaciosa, com resultados desastrosos para as universidades, e que a falta de recursos que as assola não se caracteriza como “crise financeira”, mas sim de financiamento. O aprofundamento

da crise econômica nos últimos anos apenas acelerou e evidenciou o que há tempos se prenunciava, conforme reiteradas advertências do Fórum das Seis.

Os principais motivos da crise de financiamento, como veremos a seguir, são todos de responsabilidade do governo estadual:

- A expansão sem garantia de recursos perenes

A partir de 2002, tivemos a criação do campus de Limeira pela Unicamp, a anexação da extinta Faenquil/Lorena à USP, a criação da USP Leste e do recente curso de Medicina da USP em Bauru, os novos *campi* e cursos na Unesp (incluindo aí, mais recentemente, os 11 novos cursos de engenharia). Toda essa expansão – que demanda construção de prédios, laboratórios e vias de acesso, a contratação de mais docentes e funcionários técnico-administrativos, o aumento de despesas com manutenção, salários e verbas de permanência estudantil – ocorreu sem que fossem assegurados recursos adicionais adequados e perenes.

- Manobras na base de cálculo do repasse

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira da base de cálculo (que deveria ser 75% do total ar-



recadado), recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. Veja no **Quadro 1**.

Ou seja, apenas de 2014 a 2017 deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais cerca de R\$ 13 bilhões, o que resultou numa perda real de cerca de R\$ 1.239.480.000 para Unesp, Unicamp e USP!

- Insuficiência financeira

A insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também é custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei,

que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”. No entanto, os recursos para garantir a integralidade do pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais são descontados dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

Em 2016, conforme já mencionamos, a insuficiência financeira sequestrou aproximadamente, 19,5% dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%) para as universidades e, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar algo em torno de 30% em 2026. Ao arrepio do que consta explicitamente no texto da lei, o governo a “interpreta” a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do estado, estariam obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

Quadro 1

PERDAS NA BASE DE CÁLCULO DA UNESP, UNICAMP E USP, em R\$ bilhões, em 1/1/2018

Deflator: IPCA (agora usado pela Secretaria da Fazenda)

2014	3,6597 bi
2015	2,8947 bi
2016	2,9510 bi
2017	3,4461 bi
Total	12,951 bi

OBS.1: Os valores de 2014, 2015 e 2016 foram corrigidos pelo IPCA de até 2017

OBS.2: Nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas.

Quadro 2

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Dados contidos no relatório do GT Previdência das Universidades Estaduais (Cruesp e Fórum das Seis)

2016	19,5% dos repasses do ICMS às universidades
2026	Previsão de 30% dos repasses do ICMS às universidades

* Dados extraídos do relatório do GT Previdência das Universidades Estaduais Paulistas (entre Cruesp e Fórum das Seis)

Ação na LDO todos os anos

Todos os anos, o Fórum das Seis protocola junto à Assembleia Legislativa uma série de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), reivindicando o aumento do índice repassado às universidades e deixando explícita a obrigação deste índice incidir sobre todo o ICMS-QPE (incluindo a expressão “do total do produto” no texto da LDO) e a obrigação do tesouro estadual em arcar com os custos da “insuficiência financeira”.

As emendas do Fórum também preveem dotação orçamentária adequada para o pleno funcionamento do Centro Paula Souza (3,3% do ICMS-QPE) e um total de 33% das receitas totais do estado para o conjunto da educação pública paulista. Em 2018, essa luta prossegue.

A situação do Centro Paula Souza

Todos os anos, o Fórum das Seis também protocola emenda à LDO solicitando uma dotação orça-

mentária para o Centro Paula Souza (Ceeteps), que mantém as escolas técnicas (ETECs) e as faculdades de tecnologia (FATECs). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo ano, é o governador que decide quanto de recursos a instituição receberá no ano seguinte. Nos últimos anos, a reivindicação tem sido de 3,3% do ICMS Quota-Parte do estado.

Da mesma forma que nas universidades, porém, o governo ampliou muito o Ceeteps a partir de 2002, quando a instituição tinha 100 unidades. Em 2017, as informações oficiais apontavam a existência de 286 unidades (220 ETECs e 66 FATECs), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 290 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa gigantesca expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial.

Ampliação de recursos X isenções fiscais

Não aceitamos o discurso de que a ampliação de recursos para as universidades impediria o governo de investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança. Fosse essa a questão, o governo Alckmin não concederia vultosos volumes em isenções fiscais, que devem somar R\$ 29 bi em 2017 e 2018: o correspondente a 11% do ICMS paulista (cerca de R\$ 14 bi) em 2017, e a 11,2% em 2018 (aproximadamente R\$ 15 bi). Os dados aparecem nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovadas na Assembleia Legislativa para estes anos.

O “presente” dado pelo governador aos empresários significa algo em torno de R\$ 2,1 bilhões

R\$ 29 bilhões

Este é o montante em isenções fiscais concedidas pelo governo Alckmin em 2017 e 2018

a menos para Unesp, Unicamp e USP neste período (9,57% da quota -parte do estado no ICMS).

De acordo com pesquisa feita

pelo gabinete do deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP), entre as empresas agraciadas com a renúncia fiscal estão justamente as que têm os maiores valores inscritos na Dívida Ativa do Estado. São, sobretudo, grandes frigoríficos, como Sadia (que deve R\$ 1,5 bilhão), Distribuidora de Carnes de São Paulo (R\$ 1,2 bilhão), Grandes Lagos (R\$ 620 milhões), Margen (R\$ 606 milhões), Frigoestrela (R\$ 482 milhões) e Frigorífico Antártico (R\$ 476 milhões). Só os cem maiores inadimplentes devem R\$ 78 bilhões.

Governo Alckmin tenta antecipar a reforma do ensino médio nas ETECs e implanta ‘cursos piloto’



Outubro/2017: trabalhadores e estudantes das ETECs saem às ruas contra a reforma do ensino médio

No final de 2016, o Brasil assistiu a uma sequência de horrores, gestados no “novo” governo que se instalava em Brasília. A reforma do ensino médio, baixada por medida provisória (MP 746/2016) a toque de caixa – sem nenhum debate com os trabalhadores da educação, entidades acadêmicas e a sociedade – foi um dos primeiros.

As críticas e reações por parte das entidades sindicais e acadêmicas não foram suficientes para impedir a aprovação da reforma pela Câmara dos Deputados. Após a canetada final do presidente Temer, a MP 746/2016 transformou-se na Lei 13.415/2017.

A reforma prevê alterações profundas na estruturação dos cursos e em seus currículos, apontando para uma formação cada vez mais aligeirada, na contramão da formação de cidadãos plenos, críticos e autônomos. Sua implementação efetiva, no entanto, depende a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conjunto de orientações que deverá nortear os currículos, o que ainda não aconteceu.

No final de 2017, a Superintendência do Centro Paula Souza (Ceeteps), autarquia estadual que mantém as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), tentou emplacar a reforma do ensino médio mesmo sem a aprovação da BNCC.

Sem debate com a comunidade, foi lançada a proposta de “cursos piloto” nas ETECs, já para 2018, com carga horária reduzida e conteúdos mutilados. Ao mesmo tempo, a Superintendência fazia mistério sobre as grades curriculares do conjunto dos cursos tradicionalmente oferecidos pelas escolas (ensino médio, ensino técnico integrado ao médio), lançando a suspeita de que todos teriam suas grades reduzidas. O vestibulinho (ETECs) e o vestibular (FATECs), tradicionalmente realizados em início de dezembro, foram jogados para o final de janeiro.

Prevedo o golpe que se armava contra a categoria dos professores e a comunidade, o Sinteps – sindicato que representa os trabalhadores do Ceeteps – fez uma ampla campanha de denúncia e de mobilização da categoria. Estava clara a intenção de iniciar, já em 2018, a aplicação concreta da reforma do ensino médio nas ETECs.

A pressão surtiu efeito. A adesão das unidades aos “cursos piloto” foi reduzida e a direção do Ceeteps viu-se obrigada a divulgar as grades curriculares de todos os cursos ainda em dezembro, garantindo a oferta nos moldes atuais. “Vencemos uma batalha, mas temos muita luta pela frente, pois a intenção do governo Alckmin, em sintonia com o governo Temer, é sucatear o ensino médio e técnico oferecidos pelas ETECs, dando uma formação cada vez mais empobrecida para os estudantes”, alerta a presidente do Sinteps, Silvia Elena de Lima.

“Mercado” pressiona, trabalhadores resistem

Luta contra a reforma da Previdência entra em fase decisiva

As grandes manifestações realizadas em 2017, com destaque para a histórica greve geral de 28 de abril, e as previstas para este início de 2018 conseguiram impedir a votação da reforma da Previdência até este momento.

Esta reforma, uma das principais metas do governo Temer, é um dos poucos ataques à população que ainda não se concretizaram. Medidas importantes, reclamadas pelos grandes grupos econômicos que financiaram o golpe em 2016, já foram aprovadas: o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos (teto de gastos), a reforma trabalhista, a ampliação da terceirização, a reforma do ensino médio, a entrega do pré-sal (a 1 centavo o litro!), entre outros. Todos esses ataques foram financiados com bilhões de reais de dinheiro público em emendas parlamentares, liberadas pelo Executivo para “convencer” deputados e senadores.

Em pleno ano eleitoral, Temer sabe que o limite para aprovar a reforma da Previdência em 2018 é o final de fevereiro e início de março. Como se trata de Proposta de Emenda Constitucional (PEC 287/16), são necessários dois terços dos votos na Câmara Federal (308 votos) de um total de 513 deputados, em dois turnos de votação. Depois, a reforma iria para o Senado, onde precisa obter 49 dos 81 votos.

A pressão do “mercado”, ou seja, dos grandes bancos e seguradoras, ávidos por abocanhar o rico filão da previdência, é grande. Por isso, o governo ainda mantém a intenção de votar a reforma em fevereiro, deixando em aberto uma data entre 19 e 28/2/2018.

As propostas defendidas pelo governo Temer dificultam o acesso aos benefícios, exigem mais tempo de contribuição e reduzem drasticamente os valores de aposentadorias e pensões, como mostra o *box*.

A farsa do déficit

Segundo o governo federal, a reforma é necessária porque haveria um grande déficit/rombo neste setor. Mas os dados são rebatidos enfaticamente por entidades sérias, como é o caso da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e a Auditoria Cidadã da Dívida Pública, e a recente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Previdência no Senado.

Estudos feitos por essas instituições mostram que as contas do orçamento da Seguridade Social — que engloba os gastos com aposentadorias, pensões, as-

sistência social e saúde — poderiam estar no azul, caso fossem calculadas de forma correta. Segundo esses estudos, o governo deixa de contabilizar receitas e acrescenta despesas a esse orçamento, justificando o seu discurso mentiroso de que há um rombo na Previdência.

A Anfip aponta a Desvinculação das Receitas da União (DRU), mecanismo introduzido na Constituição em 1994, como uma das razões para o aparente déficit. Até então, a Constituição previa que determinadas áreas, como é o caso da Seguridade Social, não poderiam ter seus recursos desviados para outros fins.

Só em decorrência da DRU, por exemplo, o orçamento da Seguridade Social perdeu 66 bilhões em 2015. Nas contas da Anfip, haveria superávit de R\$ 11,2 bilhões naquele ano.

Sobre a farsa do déficit, confira entrevista da economista Maria Lúcia Fattorelli em:

https://www.youtube.com/watch?v=e_galfADa6w

Grandes devedores = 450 bilhões

Segundo dados do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, apresentado no Senado em 23/10/2017, as empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à Previdência. Para piorar a situação, conforme a Procuradoria da Fazenda Nacional, somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis.

Pressão sobre os parlamentares

Para enviar mensagens automaticamente para todos os deputados federais, é fácil. Acesse o link abaixo e veja como fazer. Neste momento, todo tipo de pressão é muito útil!

<https://napressao.org.br/campanha/reforma-da-previdencia>



O que prevê a reforma

Idade mínima

- Trabalhadores privados (urbanos) e servidores públicos: 62 anos para mulheres e 65 para homens. A exceção é para professores (60 anos), policiais e quem trabalha em “ambientes nocivos à saúde” (55 anos). Para pessoas com deficiência, sem idade mínima.

Tempo mínimo de contribuição

- Trabalhador privado (aqui também se encaixam os servidores celetistas): 15 anos (para a aposentadoria parcial).
- Servidor: 25 anos para a aposentadoria parcial.

Cálculo da aposentadoria

- Se aposentar-se com 15 anos de contribuição (respeitando a idade mínima), o trabalhador privado receberá somente 60% da média das suas contribuições. Esse percentual vai aumentando lenta e gradualmente, e só será de 100% da média após 40 anos de contribuição.

- No caso do servidor público, se tiver a idade mínima e 25 anos de contribuição, já poderá se aposentar, mas com um benefício de 70% da média das contribuições que fez ao longo da vida, limitado ao teto. Para chegar aos 100%, também precisará contribuir 40 anos. O texto é nebuloso e deixa dúvidas sobre como ficariam os direitos dos servidores – em relação à integralidade e à paridade – que ingressaram antes de 2003.

Pensão por morte

A pensão por morte deixa de ser integral, passando a 50% do valor do benefício do segurado falecido + 10% por dependente. A nova versão da reforma mantém o limite de 2 salários mínimos para quem acumular pensão por morte e aposentadoria.

Servidores são os mais atacados

Os servidores públicos são os mais prejudicados com a reforma. A campanha mentirosa que o governo paga para veicular na grande imprensa procura mostrá-los como “privilegiados” em relação aos que trabalham na iniciativa privada. Mas não diz que:

- 1) Os servidores que ingressaram depois de 2003 já não têm direito à integralidade e nem à paridade (mesmo salário da ativa ao se aposentar);
- 2) Os servidores já estão submetidos à idade mínima para aposentar: 60 anos para homens e 55 para mulheres. A exceção é para os professores (5 anos menos);
- 3) Os servidores não têm Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ao se aposentar, direito garantido na iniciativa privada.